

KAMIL, Constance. **A Autonomia como finalidade da Educação: Implicações da Teoria de Piaget.** Campinas: Papirus, 1982.

MILLER, E. e D. F. **Problemas dos Adolescentes.** São Paulo: Editora Santuário de Aparecida, 1967.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

TIBA, Içami. **Disciplina: Limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1996.

VALLE, Lygian do. **A Escola Imaginária.** Rio de Janeiro, 1997.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Disciplina: Construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola.** São Paulo: Libertad, 1994.

VEIGA, Feliciano Henrique. **Indisciplina e Violência na Escola.** 2. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

ZAGURY, Tânia. **Relação Professor/aluno disciplina e saber.** Pátio: Revista Pedagógica, 1999.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

ANTUNES, Celso. **A questão da Indisciplina em Sala de Aula**. Petrópolis: Vozes, 2002.

AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina na Escola**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. 2. ed. São Paulo: 1998.

CARLOS, José Libâneo. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal, 1992.

_____, **Viajar e Punir**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GENTILE, Paola. **A indisciplina como Aliada**. Revista Nova Escola, São Paulo: Abril, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

melhores condições para criar soluções eficazes. Portanto, é preciso desenvolver a criatividade na busca de soluções, assim como a compreensão e a cooperação para formar os “acordos de bom convívio.”

É válido ressaltar que o diálogo e a educação, são muito necessárias para um relacionamento das pessoas consigo mesmas e com os outros. A educação é um fundamento de todo agir humano. O diálogo restabelece a comunicação entre o velho e o novo. Através do diálogo a pessoa humana se faz: palavra, vida, trabalho e ação-reflexão. O diálogo torna presente o passado.

Para concluir e para resumir: Ser amigo dos alunos, compreensivo e companheiro, ter a mentalidade aberta e acompanhar o processo de construção do conhecimento, agindo como agente entre os objetos do saber e a aprendizagem deve ser para o aluno seu decifrador de códigos e receptor de suas muitas linguagens, significa estabelecer limites e construir democraticamente uma interação onde em lugar da opressão e da prepotência eleva-se a dignidade de quem educa, a certeza de quem planta amanhã.



CONCLUSÃO

Em nossas escolas só existe lugar para o aluno “disciplinado”. O aluno considerado “problema” é sempre colocado a margem do saber, “não quer nada com nada.” O professor atualmente, se sente inseguro e desnorteado com os novos rumos da educação: que história é essa do aluno comportar-se do seu jeito? O aluno não está na escola para aprender a ser disciplinado? Mais do que uma postura pedagógica, trata-se da nossa perplexidade diante da liberdade, das escolhas possíveis de nos apercebermos diferentes, de encararmos nossas individualidades.

No mundo em se vive, uma cultura urbana onde ninguém conhece ninguém, fica cada vez mais difícil distinguir o certo do errado, observa-se a sociedade, alguns pais e educadores extremamente permissivos, onde vale-tudo norteia a ação em nome do benefício próprio, do prazer ou da individualidade.

Por outro lado, depara-se com uma busca exagerada e compulsiva de estabelecer o correto e não permitir o errado, de afirmar que alguns comportamentos são bons e outros maus. E ainda há aquele que, perdidos em suas definições, solicitam novas metodologias na tentativa de encontrar soluções. Com o passar do tempo a punição foi se manifestando de outras formas e os castigos escolares foram perdendo o seu caráter de agressão física, tornando-se mais sutis. Hoje encontramos entre nossos alunos um clima de tensão e ansiedade, bem como definiu Bordieu, “hoje existe uma violência simbólica” que não atinge o corpo físico do aluno mas a sua personalidade.

A complexidade da sala de aula exige um profissional em constante reflexão para que seja realmente um lugar de possibilidade, de alternativas, de criação. O educador deve ampliar a capacidade de escuta sensível, pois assim será possível entender e captar o que está nas entrelinhas das palavras, da linguagem e dos atos. É o desenvolvimentos da arte de ouvir o que o educando diz, que dá maior flexibilidade para olhar os vários ângulos de um problema e

“Educar-se para o diálogo é dialogar para educar. Dialogar para educar é recuperar o ser humano e a sua dignidade. É possibilitar o pleno exercício da cidadania.”

(Rubem Alves, 1997)

- Não rotule o aluno, em hipótese alguma;
- Esclareça as conseqüências para a aprendizagem das atitudes consideradas inadequadas;
- Procure criar situações, com histórias ou brincadeiras, que levem a turma a refletir sobre o comportamento de um ou mais colegas, sem expô-los;
- Não abra mão do objeto de seu trabalho, que é o conhecimento;
- Diferencie as aulas, evitando rotinas.
- Lembre-se de que os conteúdos podem ser atitudinais, e não apenas factuais e conceituais.

continuamente. É aí que desponta proposta de contrato pedagógico – uma alternativa relativamente simples, mas com resultados notáveis.

Os antigos costumavam dizer que “o combinado não sai caro.” É uma espécie de pacto de confiança. Assim começamos a cultivar expectativas acerca do outro e de nós mesmos e passamos a contar com parâmetros de julgamentos de nossas ações e das alheias.

Sempre que se depara com alguém pela primeira vez é preciso conhecer sua trajetória de vida. Vale a pena aproveitar o tempo para contar um pouco de sua história e ouvir as que os alunos têm para revelar. Histórias de realizações, de fracassos e, sobretudo, de aspirações.

É fundamental o professor dispor abertamente do projeto de trabalho para o ano que se inicia, dando a conhecer as exigências e condições mínimas para que as aulas transcorram a contento.

Estabelecer um plano contratual significa organizar conjuntamente as rotinas de trabalho (o que será feito) e de convivência (como será feita) do jogo escolar. Não se trata de regras fixas. Elas devem estar em constante revisão no meio do caminho, é inevitável recordar ou mesmo reformular os acordos.

Mais importante de tudo: contratos estão longe de ser uma lista de mandamentos do que não pode ser feito. Ao contrário, eles tratam do que deve ocorrer durante o ano letivo. O resto – o respeito mútuo, o exercício livre do pensar e a alegria de tomar parte da vida escolar – é consequência.

Contratos pedagógicos são, em suma, formas sutis de ritualização da sala de aula. São estratégias de consagração dos diferentes papéis de professor e aluno – esses protagonistas do mundo das idéias e seu encantamento, que ainda poucos conhecem.

1.5. COMO ENFRENTAR OS “REBELDES”¹¹

- Esqueça a imagem do aluno “ideal”;
- Observe a criança e o grupo com a tenção;
- Converse com os que atrapalham a aula, ouvindo suas razões;

¹¹ GENTILE,, A Insiciplina como Aliada, Revista Nova Escola, 2002, jan./fev. p. 19.

Para a professora Cíntia Copit Freller⁹, “a indisciplina é uma das maneiras que as crianças e os adolescentes têm de comunicar que algo não vai bem”, Por trás de uma guerra de papel podem estar problemas psíquicos ou familiares. Ou um aviso de que o estudante não está integrado ao processo de ensino e aprendizagem. O truque é transformar a contensão em aliada, dando atenção ao jovem e ajudando-o a entender o que o incomoda.”

De maneira geral, as escolas consideram rebeldia as transgressões às regras de convivência ou a não adequação a um modelo ideal – seja em relação ao ritmo de aprendizagem (bom é quem aprende rápido) seja em relação ao comportamento (só queremos os obedientes). O primeiro passo é tomar consciência de que a inquietação é inerente à idade e faz parte do processo de desenvolvimento e de busca do conhecimento. O segundo, aceitar as diferenças. Para o psicólogo Daniel Sampaio “A adolescência, em especial, é a fase de descobrir e de testar limites.”

Ana Paula Gama, comenta:

“Ela conta o que fez para “domar” um garoto tido como terror em pessoa. O garoto com 12 anos era conhecido desde a 1ª série como agressivo e desinteressado. A mãe ia para dentro da sala freqüentemente assistir às aulas a seu lado e ajudava nas lições de casa tudo em vão. Então a professora começou a pedir ajuda na arrumação da sala e na distribuição e recolhimento do material. Logo ele tomou a decisão de abandonar as carteiras do fundo e sentar-se na frente. Começou a prestar a atenção, a freqüentar aulas de reforço e ofereceu para executar outras tarefas. A professora buscou o seu lado bom, e mostrou a ele que ele era útil. Ela teve que usar muito carinho e atenção para que o aluno superasse o estigma de aluno-problema.” (professora, 4ª série da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vianna Moog, São Paulo)

Tânia Zagury, afirma que “Quando há relacionamento de afeto e um professor atencioso, qualquer caso pode ser revertido em pouco tempo”.¹⁰ As ações escolares que se pretendam necessitam ser negociados e reinventadas

⁹ Professora de Psicologia Escolar – Instituto de Psicopedagogia da USP).

¹⁰ ZAGURY, Relação professor/aluno, disciplina e saber. Revista Pedagógica, Ano 2, nº 08, 1999. Fev/abr.

Como ainda estamos tentando ser um país democrático e igualmente, estamos estudando como a escola poderia entrar em acordo com estes princípios, precisamos ter presente que a questão da indisciplina e da disciplina é também entendida, por muitos como uma questão de relações de poder.

1.4. COMO TRABALHAR A INDISCIPLINA?

Uma das dificuldades para enfrentar o problema da disciplina é que os educadores não dispõem de uma concepção, de um método, de uma fórmula eficiente. Muitas vezes tem-se concepções idealistas do tipo “liberdade com responsabilidade”, “autoridade sim, autoritarismo não”, mas não se sabe por que essas idéias bonitas sobre disciplina não são colocadas em prática.

Deve-se, pois, conscientizar a comunidade educativa adotando um novo sentido da disciplina. A conscientização se dará pela dialética: ação-reflexão-ação. Tem que se partir da realidade, refletir sobre ela de forma a despertar o desejo, a vontade política, o compromisso de se construir algo diferente.

Um dos obstáculos mais freqüentes na hora de usar o mau comportamento a favor da aprendizagem é uma atitude comum a muitos professores: encarar a indisciplina como agressão pessoal. “Não podemos nos colocar na mesma posição do jovem”, adverte Júlio Aquino. Quando a desordem se instala, é fundamental agir com firmeza.

O professor precisa desempenhar seu papel – o que inclui disposição para dialogar sobre objetivos e limitações e para mostrar ao aluno o que a escola (e a sociedade) esperam dele. Só quem tem certeza da importância que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esse nós. Muitas vezes a aula expositiva, já não consegue aquela atenção desejada dos alunos. Como diz uma professora de História, “que a saída que ela teve para ter a atenção da turma foi propor à garotada a criação de encenações sobre alguns períodos históricos. Como resultado o desinteresse e a bagunça logo se transformou em mais concentração.”⁸

⁸ Maria Isabel Fragoso, Professora de História no Colégio Albert Sabin, São Paulo.

exerce autoridade a serviço do desenvolvimento da autonomia é independente dos alunos.

1.3. O ALUNO E SEU PODER: A INDISCIPLINA

Ultimamente poucos ousaram falar da indisciplina nas escolas, embora as queixas quanto ao problema da indisciplina por parte de pais, alunos e professores fossem alarmantes.

Ainda hoje poucos ousam falar no assunto, como se isso fosse coisa do passado; “falar em indisciplina é coisa para quem não confia mais em sua capacidade e não sabe respeitar a criatividade dos alunos.”⁷

O fato é que o discurso educacional e político mudaram, como também houve profundas transformações econômicas e mudanças sociais. Apesar de algumas propostas pedagógicas inovadoras, no sentido de acompanhar este processo, terem surgindo, ainda não se tem uma relação professor-aluno que respeita, que contemple de fato, tudo que é necessário para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra como deveria.

Em termos práticos, os disciplinados permanecem incluídos e os indisciplinados excluídos. Os indisciplinados tomam o tempo dos professores, dos colegas, impedindo que as aulas se desenvolvam, e os colegas que estão em desvantagem acabam tendo que suportar sua indisciplina ou aliar-se a eles.

Não preciso falar de uma forma séria de outras questões de indisciplina presentes nas escolas, como drogas, espancamento de colegas por colegas, indisciplina de professores que não respeitam alunos, destruição de materiais, do prédio, evasão e outros.

Condena-se as formas disciplinares tradicionais, mas em contrapartida coloca-se pouco em seu lugar. Não há qualquer forma de organização social e institucional ou não, que funcione sem conjunto mínimo de regras. Se as regras agredem tanto a liberdade individual, por que estão toda a instituição social ou qualquer grupo organizado está cheio delas?

É muito freqüente associar-se a questão da indisciplina na escola à maior liberdade que se deu aos alunos a partir de várias reformas educacionais.

⁷ KAMILL, A Autonomia como Finalidade da Educação: implicações da Teoria de Piaget. 1982. P. 18.

“Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”⁶

Um professor Autoritário: ... exige silêncio para ser ouvido; ... pede tarefas descontextualizados; ... ameaça e pune; ... quer que a classe aprenda do jeito que ele sabe ensinar; ... não tem certeza da importância do que está ensinando; ... quer apenas passar conteúdos; ... vê o aluno como um a mais.

Um professor com Autoridade: ... conquista a participação com atividades pertinentes; ... mostra os objetivos dos exercícios sugeridos; ... escuta e dialoga; ... procura adequar os métodos às necessidades da turma; ... valoriza o conteúdo de sua disciplina na construção do conhecimento; ... adapta os conteúdos aos objetivos da educação e à realidade do aluno; ... vê o aluno como um ser humano. (GENTILE, A Indisciplina. Revista Nova Escola, 2002, p. 17)

O professor precisa aprender a combinar severidade e respeito. Cabe ao professor controlar esse processo, estabelecer normas, deixando bem claro o que espera dos alunos.

Na sala de aula o professor exerce uma autoridade, fruto de qualidades intelectuais, morais e técnicas. Essas ações docentes devem orientar os alunos para que respondam a elas com sujeitos ativos e independentes a autoridade deve fecundar a relação educativa e não cerceá-la.

A autoridade e autonomia são dois pólos do processo pedagógico. A autoridade do professor e a autonomia dos alunos são realidades aparentemente contraditórias mas, complementares. O aluno traz consigo sua individualidade e liberdade. Entretanto essa liberdade deve obedecer ordens e exigências grupais e pelas exigências da situação pedagógica, implicando a responsabilidade. Nesse sentido, a liberdade é o fundamento da autoridade e a responsabilidade é a síntese da autoridade e da liberdade.

Do ponto de vista das relações entre autoridade e autonomia, à interação professor-aluno não está livre de conflitos ou deformações. Em nome da autoridade, o professor se apresenta com superioridade, faz imposições descabidas, humilha os alunos. Tais formas de autoritarismo não são educativas, pois não contribuem para o crescimento dos alunos. O professor autoritário não

⁶ FREIRE, Pedagogia da Autonomia, 1996, p. 79.

Para Constance Kamil⁵, a punição acarreta três tipos de conseqüências. A mais comum é o cálculo de riscos (da próxima vez a criança vai evitar a descoberta); a segunda mais comum é o comunicação cega, que lhe garante a segurança e responsabilidade (não precisa mais tomar decisões, basta obedecer); a terceira é a revolta, decide num determinado momento, que está cansada de satisfazer a seus pais e professores todo o tempo e que chegou a hora de começar a viver por si próprio.

É impossível falar de indisciplina sem pensar em autoridade. E a autoridade não é uma coisa que se ganha, mas algo que se constrói. Ou seja, ter autoridade é muito diferente de ser autoritário. Dizer “não faça isso”, ameaçar e castigar são atitudes inúteis. O estudante precisa aprender a noção de limite e isso só ocorre quando ele percebe que há direitos e deveres para todos, sem exceção.

A contradição comportamento/desejo do aluno x comportamento/desejo do professor, é falsa. Não se trata de medir forças, nem estatutos, nem ver “quem pode mais”. Trata-se isto sim, de redimensionar o problema. A questão central não está na disputa professor x aluno, mas sim na organização do trabalho coletivo em sala de aula, para se realizar a construção do conhecimento, a educação.

Superando a disciplina que não queremos, a autoritária ou a espontaneísta, deve-se ter como principal objetivo conseguir o auto-governo dos sujeitos participantes do processo educativo, e dessa forma as necessárias condições para o trabalho objetivo em sala de aula (e na escola), onde haja desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, ou seja, as condições para uma aprendizagem significativa, crítica e duradoura.

A disciplina não deve ter fim em si mesma: deve estar relacionada aos objetivos maiores da escola, que deve formar o aluno, ajudando-o a construir uma certa hegemonia das classes populares. Numa visão dialética-libertadora, compreende-se que a disciplina se constrói pela interação do sujeito com outros e com a realidade, até chegar ao autodomínio.

⁵ KAMIL, A Autonomia como Finalidade da Educação: implicações da Teoria de Piaget., 1982, p. 23.

Na atualidade, verifica-se uma profunda mudança na relação Escola-Sociedade e parece que não nos damos conta suficientemente disto. Nossa perspectiva é compreender para superar.

A expansão das novas tecnologias da informação pode influenciar as práticas dos professores, não só em termos de competências, no saber trabalhar com elas, como também em termos ideológicos.

O papel dos pais dos alunos, na escola, sofreu transformações, o que se repercute, por sua vez, na modificação das funções dos professores. A modificação das funções dos pais na educação dos seus filhos exige dos pais que os professores exerçam a sua autoridade mas que sejam conjuntamente mais afetivos. O poder dos professores perante os alunos está a diminuir, contudo parece existir uma certa insatisfação por não conseguir manter uma relação mais estreita com os seus alunos. As exigências que os pais fazem ao desempenho dos professores não são acompanhados por respostas efetivas aos problemas que os alunos apresentem.

A educação, no seu verdadeiro sentido, não se faz sem autoridade, pois o educando precisa do referencial do educador a fim de ter base para a construção de seu próprio referencial. O professor precisa exercer sua autoridade nos domínios:

- ✓ *Ético* - ter princípios, estabelecer parâmetros e ser coerente ; relevar senso de justiça; apresentar traços de firmeza de caráter;
- ✓ *Profissional* – ser competente; ter domínio da matéria da metodologia de trabalho; ser interessado; estar atualizado;
- ✓ *Humano* – ser capaz de perceber respeitar o outro como pessoa.

Uma dimensão dramática de autoritarismo é que, se por um lado, ele reprime a manifestação do ser, impedindo a autonomia, por outro lado, dá uma sensação de segurança muito grande, pois as decisões já vêm tomadas, cabendo às pessoas apenas executá-las; evita-se com isto toda crise, o doloroso processo de decisão.

Esse tipo de educação leva à hipocrisia, onde o educando tem comportamento esperado na frente do professor ou do pai, mas por detrás é outra coisa. A punição é uma solução aparente.

exalta o descompromisso tanto do professor, quanto dos alunos. “É a corrupção pedagógica: a compra do aluno, seja pela falsa afetividade, pelo rebaixamento do nível de exigência ou até mesmo pela distribuição de notas.”³ Pode-se observar que as duas escolas citadas anteriormente conseguem transformar o movimento educacional num processo destrutivo.

O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior. Não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade, trata-se além disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação, tendo em vista o bem comum.

Como se vê, um dos grandes impasses que se coloca para a escola hoje é a definição de sua efetiva função social. Diante da crise de identidade, é fundamental que a comunidade educativa procure recuperar o sentido da escola, do estudo elaborando e explicitando sua proposta educacional.

Há necessidade de dar-se um sentido novo ao conhecimento; conhecer para ajudar a necessária transformação estrutural da sociedade. Ao meu ver esse sentido se encontra na tríplice articulação entre *compreender* o mundo que se vive, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e *transformar* este mundo em mais justo e solidário. “Só se alcança a disciplina através do trabalho conseqüente do coletivo da escola, de uma escola onde o aluno se sinta feliz e responsável pelo êxito escolar.”⁴

Quando o professor entra em sala de aula, não está entrando sozinho; com ele entra os outros professores, os funcionários, as regras, as vivências, enfim, a instituição que naquele momento é por ele representada.

Há necessidade, pois, de se procurar construir uma *postura comum* entre os educadores (professores, equipe de especialistas, direção, auxiliares) e alunos. Deve-se estabelecer determinados parâmetros comuns para a escola (o que pode, o que não pode, o que é grave).

A escola precisa investir no trabalho de formação e conscientização dos pais. Devemos esclarecer aos pais a concepção de disciplina na escola, de forma a minimizar a distância domiciliar e escolar.

³ VASCONCELOS, Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 1996, p. 30.

⁴ FRANCO, Disciplina na Escola. In Problemas de Educação Escolar. 1986, p. 25.

E, em princípios, é com este processo que a escola é chamada a colaborar, ou seja, participando do adestramento social às condições de exploração da lógica capitalista.

Para a grande maioria dos educadores, a disciplina é entendida como a adequação do comportamento do aluno aquilo que o professor desejar. Só é considerado disciplinado o aluno que comportar-se como o professor quer.

“O aluno indisciplinado é aquele caracterizado como desobediente. (...) a representação de competência profissional está associada ao bom domínio da classe, seja ela obtida por métodos autocráticos, seja através de atitudes persuasivas.” (BARRETO, 1982, p. 305)

Afirma-se que a função da escola é a formação do homem novo e da nova sociedade. Este homem novo deve ter capacidade de autogoverno; toda ação, da escola, da família e da sociedade deveria ajudar a formar este autogoverno. O que ocorre é que tanto o professor, quanto a escola e a família não estão com seus autogovernos definidos, ficando o aluno também desorientado.

A ação pedagógica, neste caso transforma-se numa verdadeira guerra, com seus participantes (professores e alunos), desenvolvendo um ódio surdo e paralisante que por debaixo da falsa harmonia do “respeito formal”, destrói o relacionamento e o compromisso educacional.

Contra-pondo-se a esta prática, outros professores caem no pólo oposto da contradição. Levantam a bandeira da “liberdade” e, em nome dela, permitem todo tipo de manifestação dos alunos do tipo: “eles devem ter responsabilidades no que fazem e por isso precisam ter liberdade total da escolha; reprimir é cair na prática tradicional e “eu não quero ser um regressor.” Os professores querem ser “legais”, seja junto aos alunos, seja junto aos pais ou outros professores. Para esses professores há uma certa fobia em relação a algumas palavras como por exemplo: autoridade, disciplina, limite, poder, etc.

É este modo de ser que denuncia o caráter errôneo dessa prática educacional: ela sugere o “outro lado da moeda”, não rompendo pois com a prática tradicional. Ao contrário, nivela-se a ela. Esta prática pseudolibertadora,

A Autonomia como Finalidade na Medida Certa, 1986, p.109)

Diante da presença e da dificuldade de enfrentar a situação chega-se a ouvir de educadores que o problema da indisciplina sempre existiu na escola, que não é um problema novo e que sempre vai existir.

Existem basicamente duas formas de se conseguir disciplina por coação (educação dialética-libertadora). Aparentemente, os resultados são os mesmos, mas na realidade cada forma utilizada sistematicamente acaba deixando marcas profundas no sujeito, e de natureza bem diferentes.

A (in) disciplina em sala de aula e na escola tem sido uma preocupação crescente nos últimos anos entre os educadores. Pesquisas pedagógicas têm mostrado o quanto se perde tempo em sala de aula com questões de disciplina, em detrimento da interação do aluno com o conhecimento e com a realidade.

1.2. O PROFESSOR, ALUNO E ESCOLA: ALIADOS OU INIMIGOS?

A questão da disciplina é bastante complexa, uma vez que um grande número de variáveis influenciam o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, apesar dessa complexidade, a verdade é que há um consenso sobre o fato de que sem disciplina não se pode fazer nenhum trabalho pedagógico significativo.

“A disciplina pode ser entendida diferentemente. Segundo a tarefa do mestre é considerada como de puro ensino ou de educação e segundo o aluno é considerada como uma simples inteligência a guarnecer de conhecimentos como um ser a formar para a vida.” (WALLOR, 1979, P. 267)

Na nossa realidade, onde nossa sociedade corresponde ao mundo capitalista de produção, com sua divisão em classes sociais antagônicas, disciplinar corresponde a adequação à sociedade existente; significa, pois, inculcação, domesticação, resignação à exploração, sujeição.



Nos dias atuais essa questão de castigos já está abolida, mas encontramos ainda muitos castigos silenciosos exercidos por professores autoritários.

Foucault, afirma que punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E, é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção. O professor deve evitar, tanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas. Em seu livro *Vigiar e Punir*, ele comenta sobre a “correta disciplina” de Walhausen, como uma arte do “bom adestramento”. O poder disciplinar é com efeito um poder que, ao invés de se apropriar e de reiterar, tem como função maior “adestrar”. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e suma combinação num procedimento que lhe é específica – o exame.

Existem duas formas de se conseguir disciplina: por *coação* (educação tradicional) ou por *convicção* (educação dialética-libertadora). Aparentemente, os resultados são os mesmos, mas na realidade cada forma utilizada sistematicamente acaba deixando marcas profundas no sujeito, e de natureza bem diferentes.

A obtenção da disciplina por coação está baseada no uso de punição como ameaça ou como prática efetiva. Esta forma de disciplina leva, portanto, a heteronomia (ser governado por outrem) ao invés de propiciar autonomia (ser governado por si próprio), a prática de obtenção sistemática de disciplina por coação propicia a formação de uma personalidade dependente, imatura pouco criativa, não desenvolvendo o discernimento para saber o que é certo ou errado, já que alguém lhe impõe um comportamento.

A disciplina por convicção tem como objeto fazer compreender ao sujeito que cometeu a falta e que o “elo de solidariedade está rompido”. A repressão, então, não precisa mais de um castigo doloroso para ser reforçada.

“As sanções por reciprocidade estão diretamente relacionadas como ato que se deseja sancionar e com o ponto de vista do adulto, tendo o efeito de motivar a criança a construir por si mesmo, regras de conduta através de coordenação de pontos de vista.” (KAMIL,

pegava; era achatada e arredondada na outra extremidade, com a extensão suficiente para cobrir a palma da mão (férula). Depois passou a ser feita de madeira, quase no mesmo formato, tendo na parte redonda, cinco buracos, os quais, sem ultrapassar toda a madeira, serviam de sanguessugas. No Brasil além dos alunos faltosos, servia também para castigar escravos.” (Artigo, 73 da UEG, p. 154)

A discussão sobre o uso da palmatória ou de qualquer outro castigo físico, a partir da década de 70, representou um avanço na direção ao refinamento das práticas modernas, cujo castigo sutil, silencioso o de olhar, o da representação (orelhas de burro, rabos, ficar de pé fora do expediente normal da aula). Com a modernidade, percebeu-se que o castigo mais eficiente era aquele que deveria atingir não mais o físico da criança, mas sim sua alma.

No sentido casa-escola, o saber, inicialmente, estava centrado no mestre, o que fazia dessa personalidade o detentor do poder/saber supremos. Em nome desse poder professores reproduziram as práticas familiares, aplicando assim no interior das escolas, os castigos físicos a seus alunos, pontuar a memorização e “civilizar” as crianças. Por esse motivo permitia-se aos mestres aplicar castigos físicos, transferindo assim o poder da Casa para o Estado. Nessa medida;

“a palmatória e o castigo físico eram condizentes com a única forma social reconhecida de manifestação de autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no imaginário social comportava-se como emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias.” (SOUZA, Maria Cecília Cortez Cristiano. Decorar lembrar e repetir. In. História da Educação: processos práticas e saberes. 1994, p. 86)

Na década de 80 algumas alterações foram feitas no âmbito escolar, e o professor teve saber, até certo ponto, “dispensável”, com a introdução dos compêndios didáticos. Assim, o mestre que de sábio, passara a mero divulgador de um saber produzido por terceiros já não tinha aquela parcela de poder, transferindo-o para o Estado.

CAPÍTULO I

A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA

1.1. COMO IDENTIFICAR A INDISCIPLINA?

Durante muito tempo predominou nas escolas “os castigos”, o castigo significava a aplicação de um corretivo que pressupua a transgressão de alguma regra estabelecida. Assim, “o comportamento em sala de aula deveria ser o único regido por normas que, se infringidas, impunham castigos que graduados, serviam como corretivos das ações ‘desvertuantes’, e tencionavam fazer com que os estudantes, antes desobedientes, após os castigos, assumissem um comportamento ‘normal’ desejado.”²

Agindo assim as escolas pareciam casas de penitenciárias do que casas de educação. Quem não se lembra da palmatória, a vara, os grãos de milho. Se o aluno não fazia a tarefa era açoitado.

*“Melhor disciplina é a regida pela liberdade. Liberdade é o poder material e psicológico, mas só tem valor quando associada à responsabilidade. (...) A liberdade está relacionada com a sensação de satisfação, de estar fazendo aquilo que tinha muita vontade de fazer. (...) Liberdade existe apenas antes de uma escolha. Uma vez feita a escolha, ela envolve responsabilidade e o conseqüente prazer em desfrutar essa escolha. Quem não conhece a liberdade individual, não desfrutará de um relacionamento livre, pois a convivência é muito mais complexa e exige maior sabedoria. (TIBA, *Disciplina: limite na medida certa*. 1996, 49)*

De acordo com a Lei de 15 de outubro de 1827, os castigos físicos ficavam proibidos nas escolas, deveria assim ser substituídos pelos normais. Mas, essa alteração demorou muito para ser aceita nas escolas, pois a mudança sempre gera conflitos. Assim, na base do silêncio a palmatória e fêrula, corretivo bastante antigo, usado pelos romanos, muito usado na Idade Média. Segundo Bretas, era:

“Feita de couro cru, engrossado em uma das extremidades, constituindo esta o cabo onde se

² VALLE,, Lylian do. A Escola Imaginária. 1997. p. 137-8.

Observa-se também a necessidade da autoridade e a superação da Pedagogia prêmio-castigo. Tentando superar as dificuldades de se trabalhar a indisciplina dentro da escola, analisa-se algumas formas para que a indisciplina se torne a aliada, com alguns depoimentos de alguns educadores. Portanto este trabalho, servirá para criar métodos, ou idéias que amenize um pouco a problemática da indisciplina.

INTRODUÇÃO

A *Disciplina*¹ em sala de aula e na escola é, atualmente, um dos grandes desafios lançados aos educadores. Estamos vivendo a crise da disciplina no contexto da Pós-Modernidade. O que se tem constatado é a oscilação entre o autoritarismo, da educação tradicional e, o espontaneísmo, da educação moderna.

Os grandes responsáveis pela educação dos adolescentes, a família e a escola, não estão sabendo cumprir seu papel. O que se observa hoje, é a falência da autoridade dos pais em casa, do educador na sala de aula e do diretor da escola.

Trabalhando em escola pública, onde muitos alunos encontram-se fora da faixa etária, repetente de um ou mais anos de violência e indisciplina dentro da escola, sentimos necessidade de aprofundar nossos conhecimentos e achar respostas para questionamentos tais como: Quem são os responsáveis pela indisciplina manifestada dentro da escola? Quais os limites entre a disciplina e a indisciplina?

O projeto trabalho tem como objetivo analisar as causas e conseqüências da (in) disciplina escolar, buscando desenvolver uma capacidade crítico-reflexiva nos educadores.

Pode-se observar o conceito da disciplina, considerando-a como um desafio para os educadores. Através da análise da realidade, apresenta-se uma crítica aos "culpados" pela indisciplina, bem como faremos uma reflexão sobre a crise dois sentidos e dos limites e sobre a postura do educador.

¹ Disciplina: 1. Regime de ordem imposta ou mesmo consentida. 2. Ordem que conduz ao bom funcionamento de uma organização. 3. Relações de subordinação do aluno ao mestre. 4. Submissão a um regulamento. FERREIRA, Dicionário Aurélio, 1997, p. 224.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I	
A INDISCIPLINA NA SALA DE AULA	
1.1. Como Identificar a Indisciplina.....	10
1.2. O Professor, Aluno e Escola: Aliados ou Inimigos?.....	13
1.3. O Aluno e seu Poder: A Indisciplina.....	19
1.4. Como Trabalhar A Indisciplina?.....	20
1.5. Como Enfrentar os "Rebeldes".....	22
CONCLUSÃO	25
BIBLIOGRAFIA.....	27

*“Não somos o que deveríamos ser, não
somos o que desejamos ser, não somos o que
iremos ser. Mas graças a Deus, não somos
o que éramos”*

Luther King

*A Deus enquanto percorri o meu caminho
rumo a um crescimento maior. Em especial
gostaria de agradecer a meus pais e
familiares pela atenção e carinho que sempre
tiveram comigo no transcorrer deste curso.*

*À minha família pelo apoio, incentivo e
tolerância nas minhas lides educacionais.
Sem horas para chegar e sair.*

VALDENI BORGES FERREIRA

Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba

Monografia apresentada no dia 28 de novembro de 2003, como parte das
exigências do Curso de Filosofia.

Paulo Henrique Vasconcelos
Orientador

Helena de Fátima Araújo
Professora

VALDENI BORGES FERREIRA



A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Filosofia da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, sob a Orientação do Professor Paulo Henrique Castanheira Vasconcelos.

RUBIATABA
2003

30778

Daori - 30778

Tombo n°	8443
Classif.:
Ex.:	1.....

Origem:	<i>d</i>
Data:	16.03.04.....

VALDENI BORGES FERREIRA

A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA

FACER
2003